

## ARTIGO

### MONOTEÍSMO POLÍTICO:

### A DISTINÇÃO MOSAICA E A OCLOCRAZIA BRASILEIRA

GUSTAVO CLAUDIANO MARTINS

Doutor em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora (bolsista CAPES) com período sanduíche no *Princeton Theological Seminary (Doctoral Research Scholars Program)*, mestre em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora/MG (bolsista CAPES), possui Licenciatura em História e em Ciências da Religião e Bacharelado em Teologia pela Faculdade Batista do Rio de Janeiro. Coordenador Ajunto de Educação Básica do Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso (FONAPER) e professor de Ensino Religioso da rede pública do município de Viana-ES.

ORCID: <https://www.orcid.org/0000-0003-0250-1186>

**RESUMO:** O monoteísmo foi utilizado em diferentes momentos históricos como ferramenta para construção de governos autoritários e violentos. O conceito de distinção mosaica, que Jan Assmann utiliza para se referir ao monoteísmo, se torna uma boa chave de leitura para esses fenômenos. Sendo assim, o objetivo desse artigo é, a partir de uma análise exploratória, comparar diferentes momentos históricos em que a relação monoteísmo e Estado se fizeram presente para tentar compreender os elementos significativos dessa conexão. Ao fim, percebemos que um Estado oclocrático, um modo autoritário de governo que coloca a ignorância das massas no poder, possui estrita relação com a construção violenta do monoteísmo, estimulando a formação de monoideologias exclusivistas e intolerantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bolsonarismo; monoideologias; violência política; intolerância.

## **POLITICAL MONOTHEISM: THE MOSAIC DISTINCTION AND THE BRAZILIAN OCHLOCRACY**

**ABSTRACT:** Monotheism was used at different historical moments as a tool for building authoritarian and violent governments. The concept of “Mosaic distinction”, which Jan Assmann uses to refer to monotheism, becomes a good reading key for these phenomena. Therefore, the objective of this article is, based on an exploratory analysis, to compare different historical moments in which the relationship between monotheism and the State was present, in order to try to understand the significant elements of this connection. In the end, we realize that an ochlocratic State, an authoritarian mode of government that places the ignorance of the masses in power, has a strict relationship with the violent construction of monotheism, stimulating the formation of exclusivist and intolerant monoideologies.

**KEYWORDS:** Bolsonarism; monoideologies; political violence; intolerance.

Recebido em: 04/01/2023

Aprovado em: 24/02/2023

DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2023v76p89-117>



## Introdução

“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos!”, foi com esse lema que o ex-presidente<sup>1</sup> Jair Bolsonaro conduziu sua campanha em busca da primeira eleição. Dizer que o que vimos foi a consumação de um governo oclocrático<sup>2</sup> nacionalista não parece hoje nenhum absurdo. Não estamos diante de algo novo, religião e política, apesar das tentativas de separação entre Igreja e Estado, permanecem profundamente imiscuídas ao longo da história. O que não é fato estranho se compreendermos que ambos mobilizam questões de sentido e ajudam a sustentar a frágil existência humana diante dos abismos que nos cercam. Por um lado, a imaginação transcendente em busca de uma *ordo amoris*, por outro, a necessidade concreta da realização imediata desse ideal.

Indubitavelmente, religião e política, mas não apenas elas, ajudaram a escrever grande parte da história da humanidade. O objetivo desse artigo é realizar uma análise histórica do monoteísmo para compreensão dos elementos fundamentais que tornam o cruzamento entre esse tipo de expressão religiosa e projetos de Estado um rudimento para governos autoritários e antidemocráticos. Trata-se de uma tentativa de tentar descrever um dos elementos significativos na construção de certo tipo de identidade, haja vista que a interpretação da situação atual demanda a compreensão de muitos fatores.

Para tanto, torna-se oportuno introduzir alguns conceitos de Jan Assmann que, apesar das limitações espaço-temporais desse texto, nos ajudarão a fazer aproximações analógicas entre monoteísmos de diferentes tempos históricos.

Um dos principais conceitos de Jan Assmann (2010), e sobre o qual ele constrói grande parte da sua interpretação sobre o monoteísmo, é a noção de distinção mosaica, que trata da diferenciação feita entre verdadeiro e falso na religião. Tal nome deriva da importância vital de Moisés na criação do monoteísmo ocidental, não por sua questionável existência histórica, mas por

---

<sup>1</sup> A maior parte desse artigo foi escrito entre 2021 e 2022, período em que Jair Bolsonaro ainda era presidente do Brasil.

<sup>2</sup> Discutirei melhor o conceito adiante, mas por hora, podemos dizer, em uma definição simplificada, que uma oclocracia é a tomada do poder pelas massas de modo irracional, deslegitimando o Direito e a democracia.

se tratar de uma “figura da memória” de uma tradição duradoura. A distinção mosaica opera como contra-religião ao bloquear a possibilidade de tradução intercultural promovida pelo politeísmo: “Falsos deuses não podem ser traduzidos”. Segundo Assmann (2010, p. 2), o “crucial não é a distinção entre Um Deus e muitos deuses, mas a distinção entre verdade e falsidade na religião, entre os verdadeiro deus e falsos deuses, verdadeira doutrina e falsa doutrina, conhecimento e ignorância, crença e descrença”.

Isso a que Assmann chamou de distinção mosaica é o que diferencia os monoteísmos entre evolucionário e revolucionário. No primeiro caso, a proclamação de que “todos os deuses são um”, ao passo que o monoteísmo revolucionário assume um caráter exclusivista: “nenhum outro Deus!”, ou ainda, “Deus é um!”. Sobre a terminologia, explica Assmann (2008, p. 107): “Obviamente, não estou falando aqui de uma revolução política, talvez nem mesmo de um evento histórico. Em vez disso, trata-se aqui do fenômeno da retrospectiva, para usar o termo freudiano, uma revolução a posteriori, após o fato; e um feito não de história, mas de memória”. O monoteísmo revolucionário, ou a contra-religião, não se refere a uma religião específica, mas sim a uma construção ou modelo teórico, como o “tipo ideal”<sup>3</sup> de Max Weber, que pode ser mais ou menos adequadamente aplicado a vários fenômenos históricos.

A conclusão lógica do raciocínio de Assmann poderia ser a afirmação de que a consequência do monoteísmo é a violência, mas não se trata disso, o próprio autor faz questão de distinguir “consequência” de “propensão”. Propensões são uma questão de potencialidade e probabilidade que podem, sob certas condições históricas, levar à violência e à intolerância (ASSMANN, 2008, p. 109).

Para além disso, é preciso assumir que este artigo se configura em partes no que Henry Rousso denominou como História do Tempo Presente, uma “história do inacabado”, assumindo o fato de que as análises produzidas aqui sobre o tempo contemporâneo possuem certa duração, passíveis de modificação a partir dos acontecimentos do porvir:

---

<sup>3</sup> De acordo com Weber (1999, p. 106): “obtem-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isolados dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de formar um quadro homogêneo de pensamento”.

[...] se caracterizava por um procedimento inteiramente marcado pela tensão, e por vezes pela oposição, entre a história e a memória, entre o conhecimento e a experiência, entre a distância e a proximidade, entre a objetividade e a subjetividade, entre o pesquisador e a testemunha, divisões que podem manifestar-se no interior de uma mesma pessoa. Como outras maneiras de fazer a história, essa parte da disciplina deve levar em conta temporalidades diferenciadas e uma dialética particular entre o passado e o presente. [...] A particularidade da história do tempo presente está em que ela se interessa por um presente que é o seu, em um contexto em que o passado não está nem acabado, nem encerrado, em que o sujeito da sua narração é um “ainda-aí”. (ROUSSO, 2016, p. 16, 18).

## **1. Monoteísmo no antigo Israel: identidade, ordem e intolerância**

Como veremos adiante,<sup>4</sup> a arqueologia e os estudos literários pressupõem que a Bíblia não escreve uma história factual dos eventos, contudo, trata-se de um importante documento para compreensão da história do povo de Israel e conseqüentemente das raízes do cristianismo. Como demonstra Juan Echánove (2009, p. 127), a Bíblia é uma obra fundamentalmente propagandista, assim como são quase todos os documentos históricos. É importante também considerar que as narrativas ali descritas possuem sua redação datada em um período muito posterior aos eventos relatados. Resgatar a histórica bíblica, e tomar consciência de que ela é uma construção de memórias identitárias, nos permite entrever os modos como esse caráter propagandístico se atualizam, pois, como indica Rousso (2016, p. 19) “a presença do passado mais distante pode ser por vezes mais intensa do que eventos próximos, e podemos ter muito poucos pontos em comum com nossos semelhantes biológicos, e ao contrário uma grande proximidade com ancestrais de outro tempo, e até de outro lugar, bastando que o descubramos e que lhes demos uma atualidade no presente”. Creio que a constatação de Rousso vale não apenas para o historiador, mas também para os atores e atrizes da história presente.

Se podemos tomar então a escrita desses textos como um “evento”, nos termos de Kosselleck (2006, p. 119), devemos considerar que os mesmos carregam “espaços de experiência” e “horizontes de expectativas” tanto

---

<sup>4</sup> Para o público não-acadêmico que porventura estiver lendo esse texto, alguns fatos apresentados adiante, são já estabelecidos pelos estudos científicos. Por não se tratar do objetivo desse artigo, caso tenha interesse, você encontrará nas referências bibliográficas alguns textos sobre essas questões.

daqueles que seguraram a pena quanto daqueles que viraram tinta. Logo, como veremos adiante, os textos refletem sobremaneira as esperanças de quem escreve.

Arqueólogos e biblistas como Finkelstein (2003), Kesler (2009) Reimer (2009) e Nakanosa (1996) descrevem de modo semelhante os eventos históricos que deram origem ao monoteísmo bíblico. Embora com algumas pequenas diferenças na narrativa, todos consideram que seja inverídica a hipótese da formação de Israel descrita na Bíblia como fuga massiva de escravizados liderados por Moisés e que posteriormente conquistaram a terra de Canã de modo violento dando origem ao Reino de Norte (reino de Israel) e ao Reino do Sul (reino de Judá). Como explica Finkelstein (2003, p. 168),

[...] a emergência do antigo Israel foi o resultado do colapso da cultura cananéia, e não a sua causa. E a maioria dos israelitas não chegou de fora de Canã, surgiu do interior da própria região. Não houve êxodo em massa do Egito. Não houve uma violenta conquista de Canã. A maioria das pessoas que formou o antigo Israel era a população local, as mesmas pessoas que vemos nas regiões montanhosas através das idades do Bronze e do Ferro. Os antigos israelitas eram — ironia das ironias — eles próprios, originalmente cananeus.

A tese mais aceita, por essa linha de investigação, descreve então pequenas tribos que habitavam a mesma região e possuíam algumas semelhanças culturais, dentre elas o mesmo idioma e adoração a deuses semelhantes, com especial dedicação à Yahweh (YHWH). Nesse caso, considera-se também um êxodo de um pequeno grupo vindo do Egito.

Tanto a arqueologia quanto o texto bíblico confirmam a suposição de que, em determinado momento histórico, essas tribos se dividiram em dois reinos: reino do norte (reino de Israel) e reino do sul (reino de Judá). As duas fontes, entretanto, discordam ao documentar comparativamente os dois reinos. Para a arqueologia, “há uma boa razão para sugerir que sempre existiram duas entidades distintas de regiões montanhosas, das quais a do Sul sempre foi a mais pobre, mais fraca, mais rural e menos influente, até que ascendeu, repentinamente, a uma proeminência espetacular, depois da queda do reino de Israel, ao norte” (FINKELSTEIN, 2003, p. 208). Como veremos, o monoteísmo é ao mesmo tempo a causa e a consequência dessa ascensão.

Entre o final do séc. VIII a.C. e início do séc. VII a.C. o forte império Assírio destrói o reino do norte, atraído pelos ricos recursos e capacidade de produção, provocando uma intensa migração de pessoas para o reino de Judá que, à época, vivia sob intenso crescimento sobretudo graças ao comércio com as nações vizinhas. Surge então movimento deuteronomista, a partir do reino do Sul, tendo como alguns de seus objetivos se expandir para o norte, se apoderar dos territórios do reino derrotado nas áreas montanhosas, centralizar o culto religioso e estabelecer um grande Estado pan-israelita.

Para tanto, como afirma Finkelstein (2003, p, 380), foi necessária uma propaganda ágil e eficaz que pudesse estabelecer a unidade do povo de Israel. Surge à época uma escola oral de pensamento que insistia que os cultos da zona rural eram pecaminosos e que apenas Yahweh deveria ser adorado, o movimento “somente Yahweh”, responsável pela elaboração das leis de Deuterônomo e da história deuteronomista.

“A história deuteronomista não era uma história escrita no sentido moderno, por ser ao mesmo tempo ideológica e teológica” (FINKELSTEIN, 2003, p. 382). Com esse intuito, o Pentateuco foi repensado com uma grande saga épica que unia os dois reinos em torno de uma mesma origem abraâmica, mas com especial atenção em figuras como Moisés, Davi, Salomão e especialmente Josias. Na construção de uma identidade nacionalista a história do reino do Norte é descrita como história de idolatria e fracasso, ao passo que se acentuam os gloriosos reinados do Sul (Davi e Salomão). Ainda que os dados arqueológicos indiquem nunca terem existido tais reinados nas proporções em que são narrados no texto bíblico.<sup>5</sup>

Para Reimer (2009, p. 46-47) o código deuteronomico funciona como uma espécie de pequena constituição do governo de Josias, a “consciência ou a projeção de que Yahweh é o Deus nacional de Israel” instaura um

---

<sup>5</sup> De um lado, a história deuteronomista descreve Judá e Israel como Estados irmãos; de outro lado, desenvolve forte antagonismo entre ambos. Dessa maneira, o texto sustenta a ambição de unificação explicando que o reino do Norte se estabeleceu nos territórios da mítica monarquia unificada, a qual era governada por Jerusalém; que era um Estado israelita irmão; que seu povo era formado por israelitas que deveriam realizar o culto em Jerusalém; que os israelitas ainda vivendo naqueles territórios deveriam voltar seus olhos para Jerusalém; e que Josias, o herdeiro da casa de Davi e da promessa eterna de Yahweh a Davi, seria o único e verdadeiro legatário dos territórios do reino derrotado de Israel. Os autores deuteronomistas precisavam sobretudo retirar a legitimidade do culto do Norte — em especial do santuário em Betel — e demonstrar que as diferenciadas tradições religiosas do reino do Norte eram do mal, que deveriam, portanto, serem apagadas e substituídas pela veneração centralizada no Templo de Jerusalém. (ASSMANN, 2010)

monoteísmo nacionalista excludente. Nakanose (1996) destaca que em deuterônomo encontramos a lei do rei, uma vez que o texto aprova a existência de um rei, ele legitima a organização sócio-política do Estado, o que não ocorre em outros textos do Pentateuco. Ainda segundo Nakanose, os deuteronomistas reelaboram o javismo de acordo com os esquemas do antigo Oriente Próximo, onde o rei exigia fidelidade e obediência exclusivas dos súditos (Deuterônomo 17.2-7).

É fácil ver por que os autores deuteronomistas estavam tão transtornados pela “idolatria”. Ela era o símbolo de uma caótica diversidade social; os líderes dos clãs das áreas rurais conduziam seus próprios sistemas de economia, de política e de relações sociais, sem administração ou controle pela corte em Jerusalém. Aquela independência rural, embora respeitada e honrada ao longo do tempo pelo povo de Judá, passou a ser condenada como uma reversão à “incivilidade” do período pré-israelita. Curiosamente, o que era mais genuinamente judaico foi condenado como heresia cananéia. Na arena da polêmica e do debate religioso, o que era antigo passou a ser considerado estranho, e o que era novo passou, repentinamente, a ser considerado verdadeiro. E, no que só podemos chamar de extraordinário produto de teologia retrospectiva, o novo e centralizado reino de Judá, e a veneração a Yahweh, concentrada em Jerusalém, estavam “de volta” à história israelita da maneira como as coisas sempre deveriam ter sido (ASSMANN, p. 2010)

O deslocamento monoteísta, que se situa entre as duas imagens combinadas nos escritos bíblicos, como em um quebra-cabeça, e organiza suas diferenças, assume a forma de uma ruptura. Uma ruptura com o passado que se baseia na distinção entre verdade e falsidade e gera, no curso subsequente de sua recepção, a distinção entre judeus e gentios, cristãos e pagãos, cristãos e judeus, muçulmanos e infiéis, verdadeiros crentes e hereges, manifestando-se em inúmeros atos de violência e derramamento de sangue (ASSMANN, 2010, p. 11).

O livro de Deuterônomo inflamou uma revolução nos rituais e uma completa reformulação da identidade israelita. O livro continha as características básicas do monoteísmo bíblico: a exclusiva veneração a um único Deus em um único lugar; a observância nacional e centralizada dos principais festivais e dos dias santificados do ano judaico, Páscoa e



Tabernáculos; e um conjunto de legislação definindo regras de bem-estar social, justiça e moralidade pessoal.

Dois aspectos importantes precisam ainda ser ressaltados. O primeiro é o forte apelo à violência evidenciado pelo movimento: a “lembrança” de como exterminaram os antigos moradores de Canaã, as punições de Yahweh para com seu próprio povo e a celebração da Páscoa de Moisés como principal festividade são exemplos. O Segundo ponto é a imagem construída sobre Yahweh; apesar de ele assumir as funções de fertilidade e controle das chuvas atribuídas à outros deuses, como afirma Nakanose (1996, 181, tradução nossa): “Ele é um Deus violento, sem misericórdia, que manda matar até mesmo seu irmão, filho, filha, esposa, amigo, se tentarem seduzir alguém para seguir outros deuses (Dt. 13, 19)”. Essa imagem de Yahweh é uma imagem iconoclasta, o deuteronomismo proíbe símbolos imagéticos para representar a divindade (Dt. 5, 8) justamente porque precisa que a personificação maior, que representa Yahweh, seja o rei: Davi, Salomão e por fim Josias.

A questão aventada é “Por que o monoteísmo foi instituído com tanta violência?”, ou melhor, “Por que a história de sua instituição foi contada e lembrada na Bíblia em tantas cenas de violência? Por que os textos centrais que proclamam a unicidade exclusiva de Deus usam a linguagem da violência?”. A violência não é um elemento de uma visão hostil do monoteísmo de fora, mas sim o autorretrato do monoteísmo visto de dentro (ASSMANN 2008, p. 109). Ao descrever a linguagem da violência no monoteísmo deuteronomista Assmann (2008, p. 125) destaca que essa linguagem é explorada como um recurso na luta política pelo poder, a fim de despertar o medo e o ódio e ganhar a aceitação das massas. Um exemplo contundente da unificação social a partir da violência.

O aspecto importante que deriva da construção de Assmann é que a linguagem da violência e da intolerância na Bíblia Hebraica é um feito de memória e não de história. Pertence aos modos como o monoteísmo bíblico representa e lembra sua instalação e não aos modos como realmente foi instalado. Por pertencer à memória, tem tanto a ver com o esquecimento quanto com a lembrança. Não podemos mudar a história, mas podemos

mudar os mitos nos quais a história é continuamente transformada por meio da memória coletiva. É disso que se trata o movimento deuteronomista.<sup>6</sup>

Um outro ponto é a constatação de que para a instauração de um monoteísmo político, que extingue as oposições e instaura uma tirania, foi preciso também a anulação de elementos plurais na religião e na cultura, ou seja, o monoteísmo político se ergue sobretudo em ambientes em que a diversidade é interdita.

## **2. Monoteísmo no Império Romano: Teologia política**

Entre o movimento deuteronomista e o advento do cristianismo a idealização de um reino israelita foi solapada pelas diversas derrotas sofridas pelos judeus. As inúmeras dominações provocaram diásporas e, por fim, o subjulgamento ao Império Romano, este último, instaurando juntamente com *pax romana*, o culto ao divino César, imperador augusto. Enquanto Roma crescia e prosperava sob a égide do Império e da nova ordem, a maior parte dos povos subjulgados vivam sob o terror e a violência. Aos povos da Palestina, restou-lhes a nomeação de Herodes, “rei dos judeus”, um militar cruel que controlava e mantinha seus súditos com mão de ferro.

Essa subjugação da Palestina era exercida não somente pelo poder militar do exército romano, mas pelas alianças político-religiosas entre os herodianos e os sacerdotes. Como indica Malina (1995, p. 118, tradução nossa),

---

<sup>6</sup> Apesar disso, é preciso destacar que a Bíblia hebraica é um texto polifônico. Para quase todas as vozes existe uma contra-voz. A distinção mosaica é a melodia cantada por uma voz particular, não o refrão de uma religião permanentemente estabelecida. O culto a outros deuses nunca deixou de existir. O Judaísmo, entretanto, é uma religião de autoexclusão. Por meio de sua eleição divina, Israel se isola (ou é isolado por Deus) do círculo dos povos. A lei ergue um muro alto em torno do povo eleito, um cordão sanitaire que impede qualquer contaminação ou assimilação das ideias e costumes do meio ambiente. Este ato de auto-isolamento não recorre à violência em relação a outros povos que têm crenças diferentes. Os massacres narrados nos textos bíblicos — dos adoradores do bezerro de ouro ou dos sacerdotes de Baal por ordem de Elias e Josué — são um assunto interno do povo judeu; destinam-se a exterminar os egípcios ou canaanitas que habitam “entre nós”, em nosso meio e em nossos próprios corações; eles são direcionados para dentro, não para fora. Os “povos” (gojîm) são livres para adorar quem e como quiserem (ASSMANN, 2010, p. 17, 18, 34). O cristianismo e o islamismo, ao contrário, frequentemente não reconheceram essa fronteira e, portanto, atacaram com violência repetidas vezes ao longo de sua história. Considerando que a crença do povo judeu em sua própria eleição exige que ele se exclua, a obrigação cristã e muçulmana de evangelizar exige que ambos excluam o outro. Na narrativa judaica, ao escolher Israel para ser seu povo, Yahweh o distingue de todos os outros povos e o proíbe de adotar os costumes do meio ambiente. Ao ordenar aos cristãos e muçulmanos que espalhem a verdade pelos quatro cantos da terra, Deus garante que aqueles que fecham suas mentes para essa verdade sejam excluídos.

[...] seria preciso pensar no sacerdócio do Templo de Jerusalém, seus escribas e as pessoas bem posicionadas da cidade como portadores da Grande Tradição, a elite urbana [sacerdotes e herodianos] estava no controle político, com duas funções principais: arrecadar impostos (especialmente para o Templo, para cidade e para elite) e manter a ordem por meio de uma força policial e uma espécie de sistema judicial que defendia a ordem ditada pelas normas da Sagrada Escritura, a Torá, que era a lei da Casa de Israel.

O Templo, controlado pelos sacerdotes, é parte central no sistema ideológico de manutenção da hierarquia social e da opressão dos mais pobres. Após eliminar a família asmonéia do poder sacerdotal, Herodes escolheu sacerdotes de sua confiança para administrar o Templo de acordo com os interesses do regime. Mesmo após a morte de Herodes “os governadores geralmente valiam-se do poder para indicar seus favoritos para o sumo sacerdócio, e por isso os beneficiados tinham com os governadores uma relação de débito e dependência direta”. Pesquisas arqueológicas encontraram diversas mansões em áreas nobres próximas ao templo, sugerindo que essa relação entre herodianos e sacerdotes garantiram grande riquezas a ambos os grupos. Há nesse período uma clara tentativa de associação entre o templo e a figura do imperador César, como exemplo disso a fixação de uma enorme estátua de uma águia dourada na entrada do Templo (HORSLEY, 2004, p. 30-32).

Obviamente que alguns movimentos populares se ergueram contra essa costura político-religiosa que manipulava a tradição judaica em favor da dominação do Império Romano. A narrativa bíblica sugere inclusive que Jesus seria um dos opositores dessa aliança, como indica Horsley (2004, p. 117),

Os romanos, naturalmente, eliminavam tanto líderes populares messiânicos como líderes populares proféticos. A principal conclusão a que podemos chegar sobre a execução de Jesus baseia-se no método dessa execução. Considerando que a crucificação era usada principalmente para escravos e rebeldes entre povos subjugados, os romanos devem ter entendido Jesus como um sublevador de alguma espécie. Então o fato de que muitos seguidores (Paulo, e outros) identificavam-se fortemente com a sua crucificação sugere que se identificavam muito também com a oposição ativa de Jesus ao domínio imperial romano. O evento da crucificação por ordem do governador romano impõe-se como um símbolo vívido da relação histórica de Jesus com a ordem imperial romana. Do ponto de vista dos romanos, eles haviam humilhado e aterrorizado decisivamente os seus seguidores e outros galileus e judeus com esse método doloroso e vergonhoso de execução de um rebelde ousado. Da perspectiva dos

seus seguidores, esse modo de execução simbolizou o seu programa de oposição à ordem imperial.

O movimento lançado por Jesus de Nazaré, como lemos nos evangelhos sinóticos, era essencialmente um movimento ligado às cidades, um movimento rural. Segundo a narrativa dos Evangelhos, Jesus estava se aproximando da cidade de Jerusalém, um centro administrativo e religioso. As elites percebem uma ameaça nesse movimento, razão pela qual aniquilam sua figura simbólica central (MALINA, 1995, p. 118).<sup>7</sup> Depois de gerações de crescente acomodação à ordem imperial, o imperador Constantino finalmente reconheceu o cristianismo, transformando-o na religião oficial do Império Romano (HORSLEY, 2004, p. 120).

Já no início do séc. IV, ainda sob governo de Constantino, uma nova discussão traz à tona a relação entre monoteísmo e a formação de um governo político. Referindo-se ao imperador, Eusébio de Cesaréia, bispo católico, proclama:

[...] tomando como exemplo o reino dos céus, dirige os assuntos terrenos com o olhar voltado para o alto [...]. Ele se fortalece em seu modelo de governo monárquico, que o governante de todos deu a um só homem, dentre todos na Terra. Pois esta é a lei da autoridade real, a lei que decreta que um governe todos. A monarquia sobrepuja todos os outros tipos de constituição e governo, pois principalmente anarquia e guerra civil são o resultado da alternativa, uma poliarquia baseada na igualdade. Por essa razão, há apenas um Deus, não dois ou três ou mais. Pois, estritamente falando, a crença em muitos deuses é ímpia. Existem apenas um soberano, Seu Logos e a lei real. (EUSEBIO apud SILVA e MARVILA, 2006, p. 389)

Há uma tentativa de correlação entre a monarquia celestial e uma monarquia terrena, Deus Soberano celestial é refletido em Constantino soberano terreno. Em outros trechos Eusebio chega a dizer que a monarquia é um presente do *Logos* para os homens, a contrapartida política do monoteísmo. Para além disso a *Pax Romana* é compreendida como a paz celestial advinda do próprio Deus, ou seja, ainda que essa paz tenha sido

---

<sup>7</sup> O movimento subversivo “cristão” contra o Templo-Estado culminou na destruição romana de Jerusalém e do Templo. Enquanto culpavam os dirigentes sacerdotais da Judeia, os cristãos, agora perseguidos, se espalhavam por todo império romano se tornando uma força significativa na sociedade em geral, “após muitas tentativas de controlar ou reprimir o movimento, o Estado imperial romano resolveu usá-lo” (HORSLEY, 2004, p. 120).

alcançada às custas de muita violência, a disciplina e ordem que ela produz é reflexo de uma monarquia celestial.

Essa querela se torna especialmente importante no contexto da Igreja Católica porque envolve uma erudita discussão teológica a respeito da natureza de Deus.<sup>8</sup> O que estava em questão era a possibilidade de afirmar que o cristianismo, mesmo em seu caráter trinitário — Pai, Filho e Espírito Santo, se constituía como um monoteísmo. Eusébio, seguindo as ideias de Ário, presbítero de Alexandria, negava a consubstancialidade de Cristo, ou seja, Pai e Filho, não eram formados da mesma substância.

Deus não se relaciona diretamente com a criação, mas apenas por meio do *Logos*, uma vez que se encontra isolado no céu, entre exércitos celestiais, oculto pelo firmamento, tendo o sol e a lua como guardiões e a Terra como escabelo. Deus, como *basileus* do universo, recebe as honras do Logos, do imperador, de todos os povos e todas as criaturas. Seu reino é de natureza espiritual, invisível, atemporal e, ao mesmo tempo, incomunicável. É necessário, portanto, que, entre a potência criadora e suas criaturas carentes da divindade, haja um intermediário: o Logos, que se fez carne e habitou entre nós (SILVA; MARVILA, 2006, p. 390). Assim, Constantino, o *Logos* divino, era uma reelaboração do próprio Cristo. A Trindade proposta por Eusébio se dava entre Deus-Cristo-Constantino. A exaltação à imagem do imperador se aproxima muito das adjetivações feitas à Josias pelos deuteronomistas: um homem sábio, bom, justo, corajoso, pio e temente a Deus — como veremos, o mesmo acontece em relação ao presidente Jair Bolsonaro.

---

<sup>8</sup> Horsley (2005, p. 120) sugere inclusive que foi por isso que a Igreja Católica proibiu a tradução da Bíblia Sagrada para seu vernáculo, assim, “Cristo se tornou não o Senhor e Salvador antiimperialista, mas o Rei imperial que autorizava o imperador e a ordem imperial. Poder-se-ia argumentar que o imperador, que costumava ser o rei divino, sofreu um pequeno rebaixamento hierárquico em sua subordinação a Cristo, agora o Rei divino eterno. Os bispos da Igreja foram capazes de exercer certa influência cultural e moral sobre o domínio imperial. Daí em diante, porém, Cristo serviu principalmente para autorizar o império e a ordem imperial. Embora contendo materiais subversivos, o Novo Testamento, finalmente canonizado pela agora religião imperial, também incluía materiais corretivos que sustentavam a ordem imperial; da mesma forma, as escrituras que formavam a Bíblia hebraica (Antigo Testamento), conquanto contivessem materiais subversivos, haviam sido produzidas em grande parte com autorização do Estado-Templo judeu patrocinado pelo Império. Sempre que povos subjugados tinham acesso aos Evangelhos, naturalmente, eles ainda podiam ouvir um Jesus que afirmava que o reino de Deus significava julgamento dos governantes opressores e bênçãos prometidas aos pobres e famintos. Quando membros do clero secular em certas regiões da Europa medieval traduziam as lições do Evangelho dominical para o vernáculo, muitos grupos de camponeses que ouviam o Evangelho pela primeira vez na língua que podiam entender organizaram resistência aos seus senhores temporais”.

As discussões entre o culto ao imperador e o problema do monoteísmo trinitário não começaram nem terminaram em Eusébio, mas podemos analisar a proposição de Eusébio à luz do debate proposto posteriormente por Erik Peterson em um texto intitulado “O monoteísmo como problema político”, onde discute especialmente sobre teologia política.

Para Peterson (1999, p. 80, 81, 83) está claro que o império romano em sua busca pela unicidade facilitava a missão apostólica de expansão do cristianismo e que o império trazia significativo avanço em relação às *polis*, cidade-estado, do período grego. Isso porque, segundo Eusébio, a *polis* é politeísta e esse modelo de Estado nacional pluralista, “dominado por tiranias ou democracias” não consegue estabelecer a paz. Ou seja, assim como o movimento deuteronomista interdita a diversidade, o cristianismo no império romano se opõe à pluralidade, posto que ela desfavorece a construção de um monoteísmo político, uma constatação de que as monoideologias costumam ser avessas a todo tipo de diversidade.<sup>9</sup>

Muitos outros padres católicos endossaram as ideias de Eusébio, mesmo após vencidas teologicamente as ideias arianas. Todavia, em Gregório Nazianzeno, se estabelece um discurso teológico que ao mesmo sintetiza o problema e o transpassa. Assim assevera Gregório:

... as doutrinas sobre Deus se resumem em três: anarquia, poliarquia e monarquia. Os dois primeiros semeiam confusão e alvoroço em Deus, para acabar liquidando-o. Os cristãos, por outro lado, professam a monarquia de Deus. Mas não uma monarquia de uma pessoa, porque essa monarquia carrega dentro de si o germe da dissensão, mas a monarquia do Deus triúno. Este conceito de unidade não tem correspondência alguma na criatura (PETERSON, 1999, p. 93).

Se a aproximação entre monarquia divina e terrena parecia estar resolvida, Peterson (1999, p. 93, 94) demonstra que coube a Agostinho a contestação do discurso de que a *pax romana* havia cumprido a profecia escatológica de paz:

---

<sup>9</sup> Ainda segundo Peterson a única monarquia divina representada na terra, segundo Eusébio, era a monarquia de César (Constantino). Ao reunir reino, paz, monoteísmo e monarquia nesses termos, Eusébio cria um movimento que assume características de uma distinção mosaica, aos moldes do monoteísmo deuteronomista, ou seja, unidade de reino e unidade de culto que deslegitima todas as outras possibilidades como falsas.

“Pois o próprio Augusto travou guerras civis com muitos, e nelas também pereceram homens ilustres, entre eles Cícero [...] Isso ainda não foi realizado para nós; ainda há guerras; existem entre as nações por causa do reino; Existem entre as seitas, entre os judeus, pagãos, cristãos, hereges; Existem guerras e elas se tornam mais frequentes, algumas lutando pela verdade e outras pela falsidade”.

Peterson (1999, p. 95), a fim de defender a Igreja e o cristianismo, afirma que a Igreja não deve e não pode assumir esse conceito político-teológico propagandístico, fruto do monoteísmo, próprio do judaísmo em contato com um princípio filosófico grego (pagão) de monarquia divina. Essa “teologia política” seria uma degeneração do Evangelho.

Obviamente que a postulação de Peterson sobre a teologia política e o monoteísmo cristão não impediu que a mesma existisse, muitos governos foram legitimados religiosamente pelo cristianismo ao longo dos séculos. Historicamente o debate tem a importância devido a sua posição crítica diante de um fato eticamente duvidoso.

### **3. Da democracia a oclocracia: o desejo do povo como pêndulo político**

Da pluralidade e diversidade cananeia emergiu o projeto monarquista hebreu sustentado pela ideologia monoteísta. Posteriormente o mesmo monoteísmo justificou o império romano. A partir do século XXVIII, com a derrocada das monarquias absolutistas, surgem as democracias (governo do povo), fruto das revoluções burguesas, que além de garantir a participação dos cidadãos na construção da sociedade, possibilitou a separação entre Igreja-Estado.

Palavras-conceito podem sempre se tornar como sacos vazios, onde enfiamos todo tipo de coisa. Democracia, para usar uma palavra mágica do querido povo mineiro, é um “trem” desses, um trem de muitos vagões. É sabido que a etimologia da palavra faz referência à forma de “governo” utilizado nas *polis* gregas, em especial Atenas (*demos* = povo; *cracia* = governo; governo do povo). Tratava-se de uma democracia direta em que os cargos administrativos eram selecionados aleatoriamente e todos os cidadãos podiam discursar e votar nas assembleias. Os cidadãos (excluindo-se os estrangeiros, as mulheres e os escravos) estavam completamente envolvidos nas dinâmicas políticas da cidade-Estado e na tomada de decisões. Como

indica Ribeiro (2001, p. 8) em seu livro panorâmico sobre a democracia, embora houvesse na época críticas à democracia — inclusive as considerações negativas feitas por Platão — que questionaram a competência do povo simples para tomar as decisões políticas, posto que seria preciso ter “ciência” para governar, tal exigência não seria um empecilho, considerando que “a sociedade grega não conhece a complexidade da economia moderna. Os cidadãos tratam da guerra e da paz, de assuntos políticos, mas parte razoável das discussões parece girar em torno da religião e das festas, também religiosas”.

Questão crucial para pensar a eficiência da democracia direta são os direitos humanos. Isso porque, um governo baseado apenas na decisão de maioria seria inevitavelmente opressivo para com as minorias. É o que vimos, por exemplo, nas falas equivocadas do presidente Jair Messias Bolsonaro quando afirma: “Deus acima de tudo. Não tem essa historinha de Estado laico não. O Estado é cristão e a minoria que for contra, que se mude. As minorias têm que se curvar para as majorias”<sup>10</sup> e em outro momento se referindo à população LGBTQI+ afirmou: “Outro dia falei que a mãe quer que o Joãozinho continue Joãozinho. ‘Ah declaração homofóbica’. Meu Deus do céu. Para onde nós iremos cedendo às minorias? As leis existem, no meu entender, para proteger as majorias. As minorias têm que se adequar”.<sup>11</sup>

O longo caminho percorrido pela humanidade colocou no centro da ideia de democracia uma sensibilidade especial para com os assuntos que poderiam desabrochar em tirania e opressão. Democracia, em seu ideal liberal, a bem da verdade, significa também a garantia dos direitos dos indivíduos. Logo, a empatia social, através de árduas lutas, inscreveu em nossos códigos democráticos — nossos acordos comunitários — leis que garantissem a proteção das minorias, permitindo uma existência plural mesmo em meio a uma maioria monocultural, monopolítica, monotéista.

O fato é que as novas democracias se tornaram indiretas. E, muito embora a maioria dos governos promulguem constitucionalmente que “todo

---

<sup>10</sup> AFP. Frases de Bolsonaro, o candidato que despreza as minorias. **Istoé**. 24 de set. 2018. Disponível em: <https://istoe.com.br/frases-de-bolsonaro-o-candidato-que-despreza-as-minorias/>

<sup>11</sup> BEHNKE, E. Bolsonaro diz que minorias precisam se adequar às leis. **Poder 360**. 15 jul. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-diz-que-minorias-precisam-se-adequar-as-leis/>



poder emana do povo”, este poder hoje foi terceirizado aos políticos eleitos. Como resultado, o interesse em participar dos debates e da construção de políticas públicas deu espaço a uma apatia e desinteresse em relação a tais assuntos. A exclusão das paixões e a não participação no debate público são sintomas de uma democracia em declínio. Como indica Mouffe (2006, p. 175),

Para alimentar a lealdade a suas instituições, o sistema democrático requer a disponibilidade daquelas formas de identificação com a cidadania em disputa. Elas proveem o terreno em que as paixões podem ser mobilizadas em torno de objetivos democráticos e o antagonismo transformado em agonismo. Uma democracia em bom funcionamento demanda um embate intenso de posições políticas.

Ao mesmo tempo, a relação religião-Estado se tornou aspecto importante nas discussões sobre o ideal democrático, principalmente sob a alcunha de secularização ou laicidade.

Obviamente que caberia aqui uma discussão mais ampla em relação à complexidade envolvida no conceito de democracia e sobre a secularização gestada na separação entre Igreja-Estado, entretanto, o que estamos propondo aqui não sofre prejuízo algum com as possíveis interpretações oriundas dessas discussões. Dito isto, espera-se sempre que a sociedade civil seja protagonista nas democracias, por isso, ela será por hora nosso recorte. A respeito da sociedade civil, afirma Habermas (1997, p. 99),

O seu núcleo institucional é formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida. A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política. O núcleo da sociedade civil forma uma espécie de associação que institucionaliza os discursos capazes de solucionar os problemas, transformando-os em questões de interesse geral no quadro de esferas públicas.

A sociedade civil se erige, portanto, a partir da vontade/desejo das pessoas, de modo que, nas democracias a vontade da maioria se torna, ou deveria se tornar, lei. Como afirma a expressão romana: *voluntas populi suprema lex esto* (que a vontade do povo seja a lei suprema). A questão que se coloca é “existe uma vontade do povo?”. Obviamente que muitos interesses

e objetivos estão em jogo na sociedade civil, grande parte deles de modo conflitante. As associações voluntárias da sociedade civil não têm necessariamente a promoção da democracia como principal agenda. Por exemplo, algumas associações cívicas podem empregar táticas dissimuladas na busca de privilégios especiais de interesses privados. Outros grupos destrutivos, como racistas, ultranacionalistas e fundamentalistas religiosos, podem tentar suprimir os direitos democráticos de outros.

Quando pensamos, ou desejamos, uma democracia que garanta direitos a todos e reduza as desigualdades sociais e as injustiças, ou seja, um governo que contemple as minorias, a sociedade civil fatalmente pode ser tornar antidemocrática. Se por um lado a contemporaneidade instaurou a era dos “direitos humanos”, em paralelo o liberalismo produziu um maciço processo de individualização em todas as arenas. A pedra de toque não é mais a soberania do povo, mas a soberania do indivíduo, definida pela possibilidade última de anular o poder coletivo, se necessário, ou seja, a possibilidade real de uma virada da democracia contra si mesma. A própria constituição das democracias liberais, voltada principalmente às questões econômicas, faz ressurgir o descontentamento com os problemas decorrentes das consequências do mercado global, como a presença de imigrantes, crises econômicas, aumento das dívidas, desemprego, pobreza, etc., que podem levar ao redespertar dos ideais de racismo, nacionalismo, chauvinismo e radicalismo. Assim, “os problemas acumulados da sociedade com os quais ninguém se importa podem vir de duas direções: ou podem estar diretamente ligados à vontade das massas, ou, pela vontade dos populistas, ela se tornará vontade das massas também” (HASANOVIĆ, 2015, p. 60, tradução nossa).

Foi Políbios (p. 327) o primeiro a dizer que as democracias se degeneram em oclocracias,<sup>12</sup> estas são fruto da violência e do desprezo às leis democráticas. Ao descrever esse processo de degeneração, Políbios afirma que com o passar do tempo, em uma democracia, algumas pessoas

... se acostumam de tal maneira à igualdade e à liberdade da palavra que já não lhes dão o devido valor, e alguns começam a querer ter mais direitos do que a maioria; esse desejo é maior entre os possuidores de

---

<sup>12</sup> Apesar de não desenvolver a ideia, Rousseau também afirma que as democracias degeneram em oclocracia. (ROUSSEAU, 2010, p. 103)

bens mais abundantes. E quando passam a ambicionar o poder e não conseguem obtê-lo por si mesmos e graças às suas próprias qualidades, esses homens dilapidam as suas fortunas tentando atrair e corromper o povo por todos os meios possíveis. Consequentemente, levados pela ânsia insensata de proeminência eles criam entre o povo a avidez por vantagens e o hábito de recebê-las, e a democracia por seu turno é abolida, passando a ser o governo da força e da violência em vez de uma democracia propriamente dita. Com efeito, o povo, acostumado a devorar os bens alheios e a depender para sua subsistência da propriedade de seus vizinhos, encontrando um paladino ambicioso e ousado, mas excluído das funções de governo por sua falta de recursos, institui o império da violência; unindo então suas forças o povo agora massacra, exila e saqueia, até regredir para a animalidade total e achar novamente um senhor autocrata. (POLÍBIOS, p. 331)

Políbios descreve um processo que está muito próximo do Brasil nos últimos anos; uma elite econômica<sup>13</sup> insatisfeita com a implementação de políticas públicas que poderiam diminuir a desigualdade social se erige contra a democracia utilizando seus recursos para inflamar o povo contra a mesma, ainda que isso signifique o uso de violência e a perseguição de minorias; para além disso, indica Políbios, há sempre a escolha de um paladino, representante dos desejos do povo, que posteriormente se tornará uma autocrata. Hasanovic sistematiza essas ideias em sua definição sobre o tema:

A oclocracia é o termo usado para descrever o governo direto da multidão ou da massa, ou, ainda, sua capacidade efetiva de influenciar indiretamente — mas crucialmente — o governo. Na ausência da democracia e do engajamento de seus atores, a oclocracia se mimetiza na disposição de aparecer como uma democracia. Baseando-se em demagogos e ditadores, a oclocracia contém uma ilusão democrática, onde o *ochlos* (escória) tenta aparecer como *demos* (políticos). A notória e homogênea vontade popular entre *demos* e *ochlos* é agora posta em causa. O problema está na própria essência da democracia. (HASANOVIĆ, 2015, p. 61)

A liquefeita vontade popular das massas toma forma nas monoideologias. Como destaca Angeli (2022) a tentativa recente dos EUA em tentar construir um muro na fronteira com o México é exemplo claro das consequências de permitir que os medos e os piores instintos de uma nação

---

<sup>13</sup> Como explica Galvéz (2017, p. 167), embora o fenômeno da oclocracia não seja novo, suas características hoje em dia são diferentes das descritas na antiguidade. Antes, a oclocracia foi descrita e interpretada como “governo das massas”, no entanto essa não é a origem do problema, mas o resultado de um processo iniciado por um grupo de atores institucionais.

se materializem em um governo oclocrático. Não bastasse isso, a era da informação — alardeada como o grande equalizador e agente da democracia — provocou uma onda incontrolável de desinformação e abriu caminho para meios de comunicação fraudulentos que, na melhor das hipóteses, manipulam tendenciosamente os fatos e, na pior, negam a realidade e a gravidade desses eventos<sup>14</sup>. Os líderes demagogos, aproveitando a liberdade de expressão nas democracias livres, conseguiram fomentar e canalizar a raiva, os medos e o ressentimento das massas. Há poucos laços maiores do que o medo comum para unificar as pessoas.

A coesão social, assim como no movimento “somente Yahweh”, é construída de modo violento, classificando a oposição como parte das “trevas”.<sup>15</sup> Essa construção imagética, que provoca medo, é usada como cimento que concretiza e homogeneiza um grupo que carrega como referência a violência como instrumento político e que ao mesmo tempo rasga o tecido social e desequilibra o jogo ao subverter as regras da democracia.

#### 4. Monoteísmo político: a oclocracia brasileira

Todo esse percurso talvez nos ajude a explorar possíveis influências na atual conjuntura brasileira. Após a conturbada eleição do presidente Jair Messias Bolsonaro, no dia 3 de maio de 2019 o então empossado ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, em cerimônia de formatura dos novos

---

<sup>14</sup> Angeli (2002, tradução nossa) acrescenta: O uso das mídias sociais, a disseminação da internet e da informação – ou mais precisamente, a desinformação – são ferramentas versáteis nas mãos de líderes populistas. Qualquer pessoa, independentemente de sua especialização ou competência, pode expressar sua opinião sobre questões políticas e econômicas complexas, questões de migração ou a proposta orçamentária. Os cidadãos digitais naturalmente recorrem à internet em busca de explicações e os demagogos são os primeiros a dar respostas simples. Poucos estão dispostos a gastar mais de 10 minutos para entender os problemas complexos e intrincados das questões mais delicadas ou buscar clareza de especialistas ou tecnocratas. O público busca clareza e certeza sobre questões que estão repletas de nuances e incertezas. Populistas e 'especialistas da web' fornecem uma simplicidade que é tão clara quanto enganosa. As pessoas buscam conforto no ódio e no medo quando confrontadas com a dura e complexa realidade de questões difíceis é difícil de aceitar.

<sup>15</sup> Em diversos momentos todos os opositores do bolsonarismo foram declarados como sendo das trevas (MARTINI, Paula. Michelle Bolsonaro chama PT de trevas e repete fake News sobre igrejas. **Valor**. 20 out. 2022. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/20/michelle-bolsonaro-diz-que-agro-e-abençoado-chama-pt-de-trevas-e-repete-fake-news-sobre-igrejas.ghtml>>). De modo mais direto ainda atacando religiões de matriz africana (<<https://br.noticias.yahoo.com/michelle-bolsonaro-associa-umbanda-as-trevas-isso-pode-182242661.html>>)

diplomatas brasileiros, elaborou o seguinte discurso: “a pedra que os construtores rejeitaram tornou-se a pedra angular do edifício. A pedra que a imprensa rejeitou e que os intelectuais rejeitaram; que os artistas rejeitaram e os autoproclamados especialistas rejeitaram, ela tornou-se a pedra angular do edifício, o edifício do novo Brasil” (Folha de São Paulo, 3/05/2019).

A pedra angular faz referência à diversos textos bíblicos, mas é sobretudo associada a Yahweh no livro de Deuteronômio (32,4) e a Jesus Cristo no livro de 1 Pedro (2, 4). Em ambos os casos, Yahweh e Jesus são apresentados como aqueles que foram rejeitados pelos ímpios, mas que dão sustentação aos seus fiéis. Jair Messias Bolsonaro, presidente eleito, é equiparado, portanto, a Deus e a Jesus, como sustentação de uma revolução que estaria para ocorrer no Brasil. Soma-se isso o já expresso lema utilizado na campanha eleitoral “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos!”.

Se o projeto de Peterson era a eliminação da teologia política, Passos (2020, p. 1114-1115) relembra que esse projeto dificilmente alcança o “âmbito de uma teologia política popular, onde Deus jamais deixou de ser a origem de todos os poderes, incluindo o poder político. Nas religiões populares Deus jamais foi destronado e permaneceu como causa imediata dos fatos naturais e históricos, como provedor ou como castigador. Os políticos mais espertos (populistas) sempre souberam tirar proveito dessa mentalidade no decorrer dos tempos modernos”.

Um longo processo levou os evangélicos ao poder político no Brasil e as imagens teocráticas presentes do Antigo Testamento deram a sustentação bíblica inquestionável para tal aspiração. “O poder Deus chegou lá onde estava ausente: no Estado laico dominado por descrentes, imorais e corruptos” (PASSOS, 2020, p. 1132). Foi possível então novamente a transposição da ideia de monarquia divina para uma monarquia terrena.

O que está em jogo aqui é o ideal monoteísta, a criação de uma identidade nacional baseada na noção de um único Deus. Essa identidade se constrói de modo exclusivista, intolerante e violenta (não é à toa a guinada armamentista), características típicas do monoteísmo de distinção mosaica proposto por Jan Assmann, mas com outros contornos.

Poderíamos citar inúmeros casos em que essa identidade aparece nos discursos e prática do governo brasileiro, infelizmente, ou felizmente para não

termos que lembrar da nossa própria miséria, não temos agora oportunidade. Mas, como indica Wellington (2019):

A oclocracia é quando uma multidão desprovida de conhecimento (e sem interesse em possuir), mas provida de ponto de vista (achismo), consegue eleger de forma legítima um representante. E esse representante, que é mais um dessa multidão, passa a governar com base no seu achismo não embasado e impõe suas vontades e pensamentos como superiores as convenções do direito positivo e do conhecimento cientificamente já adquirido. Dito isto, não resta dúvidas que estamos vivendo um dos riscos do incontestável regime democrático. Bolsonaro é produto da oclocracia.

Entretanto, seria oportuno pontuar como se caracteriza a distinção mosaica no caso da oclocracia brasileira. Embora não seja propriamente o uso proposto por Jan Assmann, acredito que aqui, o monoteísmo se vê diante de um novo ídolo a ser combatido: a secularização. A ruptura expressa e almejada é contra tudo aquilo que representa o enfraquecimento do papel da religião na sociedade. O inimigo não é apenas outra tradição religiosa, apesar de ser também, o inimigo são os valores trazidos pelo progresso e pela modernidade, valores encampados pelos intelectuais (as ciências), os artistas (a cultura) e a imprensa (a informação, com todas as ressalvas que caibam). Logo, tudo aquilo que representa a pluralidade não pode ser tolerado.

Assim, para além de um governo com aspirações teocráticas, nos encontramos sob a égide de um governo anti-ciência, anti-cultura e anti-religião (ou contra-religião nos termos de Assmann). Nos encontramos sob uma oclocracia, um governo dirigido pela irracionalidade das multidões<sup>16</sup>. Há que se lembrar, por exemplo, que Bolsonaro escolheu um ministro do STF por razões puramente religiosas, um ministro “terrivelmente evangélico”.

---

<sup>16</sup> Embora não se trate de um texto “científico”, no artigo “A oclocracia brasileira” os professores e pesquisadores André Sathler, Ricardo de João Braga e Rudolfo Lago, exemplificam um dos casos que se demonstra a tese da oclocracia brasileira: “De uma certa forma, um governo que se pauta por redes sociais, sobretudo de apoiadores, dá conta de fazer jus às duas conotações: um governo dos piores, por sua vez, governados pela irracionalidade das multidões. O episódio das vacinas Coronavac é exemplar nesse sentido: após combinar com o Ministério da Saúde que o governo federal tentaria recuperar o protagonismo e autorizar Eduardo Pazuello, ex-ministro da saúde, a avisar aos governadores que ‘a vacina do Butantan é a vacina do Brasil’, Bolsonaro se exasperou com a postagem de um seguidor em rede social, que o questionou por comprar vacinas e desautorizou todo o combinado. Em um governo de piores, o ex-ministro se saiu com um ‘manda quem pode, obedece quem tem juízo’, muito em voga nas teorias de gestão do início do século 20”. SATHLER, A.; BRAGA, R. de J.; LAGO, R. A oclocracia brasileira. **Congresso em foco.** 27 jul. 2021. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/a-oclocracia-brasileira/>>. Acesso em: 20 de julho de 2022.

Numa oclocracia explodem as afirmações anticientíficas, as manifestações culturais são reprimidas, as informações não precisam ser “verdadeiras”, posto que transitam livremente nas redes sociais sem o rigor da imprensa. Numa oclocracia a erudição teológica sobre a própria tradição religiosa é simplificada de forma que a premissa “Deus acima de todos!” não comporte a pluralidade existente dentro do próprio cristianismo. Deus é um só e nem é necessária a elaboração racional sobre a querela trinitária.

Se o humanismo apregoava a morte do Deus que tudo governa face à iluminação humana, a oclocracia afirma que esse Deus nunca morreu, que embora estivesse enclausurado pelas teias da secularização, sobreviveu e hoje vive novamente domado pelas correntes do absolutismo e obscurantismo humano. Bolsonaro, portanto, nunca representou a Jesus Cristo. Em nenhum momento vemos nele as palavras mansas, o amor como tema central, a aproximação com as minorias excluídas. Bolsonaro é na verdade um substituto mais coerente ao que exige a distinção mosaica, ele é um messias que traz em sua boca a violência, o ódio as minorias e a imposição de um projeto político absolutista, à semelhança de Josias e do imperialismo romano.<sup>17</sup>

Retomando ainda a Assmann é preciso lembrar que “existem quatro tipos de verdade simples ou originais: verdades da experiência (por exemplo, “todos os humanos são mortais”), verdades matemáticas ou geométricas (por exemplo, “duas vezes dois é quatro”), verdades históricas (por exemplo, “Auschwitz”) e verdades que conduzem à vida (por exemplo, “direitos humanos”). A distinção mosaica introduz um novo tipo de verdade: verdade

---

<sup>17</sup> Os casos de apelo a violência são muitos. Estimulou a violência usando crianças (CARVALHO, I. 5 vezes em que Bolsonaro fez apologia à violência usando crianças: “ECA tem que ser rasgado”. **BdF**. 12 out. 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/10/12/5-vezes-em-que-bolsonaro-fez-apologia-a-violencia-usando-criancas-eca-tem-que-ser-rasgado/>>); simulou o fuzilamento de seus principais adversários políticos (RIBEIRO, J. Set/2018: “Vamos fuzilar a petralhada”, diz Bolsonaro em campanha no Acre. **Exame**. 03 set. 2018. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/>>); Estimulou a violência durante as eleições de 2022 (BOULOS, G. Bolsonaristas armados estão ameaçando os oponentes – inclusive eu. **TIME**. 16 set. 2022. Disponível em: <<https://time.com/6214217/boulos-bolsonaro-violencia-politica/>> e <SOB Bolsonaro, violência política e eleitoral aumenta 400% no Brasil. **RBA**. 11 out. 2022. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/sob-bolsonaro-violencia-politica-e-eleitoral-aumenta-400-no-brasil/>>); Até mesmo antes de eleito já demonstrava ímpeto violento ao dizer que a ditadura deveria ter matado mais 30 mil pessoas (SANTANA, A. Bolsonaro desejou 30 mil mortos pela ditadura, covid multiplicou por 10. **UOL**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/andre-santana/2021/03/28/bolsonaro-desejou-30-mil-mortos-a-pandemia-multiplicou-o-numero-por-10.htm>>)

absoluta, revelada, metafísica ou fideística. (ASSMANN, 2010, p. 15). É sob o domínio dessa última verdade que a oclocracia brasileira ergue suas espadas de intolerância e destrói todas as outras verdades como mera falsidade, movimento típico dos monoteísmos políticos. Como afirma Alves (2005, p. 153) “onde quer que um conhecimento seja definido como ortodoxia, como conhecimento absoluto, aí também existe um uso arbitrário e autoritário de poder. A certeza da verdade é a face risonha da intolerância”.

Em síntese, se podemos falar de uma distinção mosaica nesse novo momento brasileiro, ela se dá a partir de um monoideologia, na anulação da possibilidade de um mundo secularizado, progressista e plural. A oclocracia teocrática brasileira traz em seu bojo a estrutura revolucionária — nos termos de Assmann —, ou seja, ela se propõe como ruptura de uma evolução contínua não só da expressão religiosa pluralista, tolerante e acolhedora, como da existência pautada em valores característicos de outras tradições religiosas ou mesmo não-religiosas. O outro inimigo não é um outro Deus, mas um outro conjunto de valores. Logo, a face monoteísta desse movimento precisa ser violenta e pautada na defesa de uma verdade fideística que não dialoga com qualquer outro tipo de verdade.

Nesse sentido, retomando o que falamos sobre a relação entre comunicação e oclocracia, é importante estarmos atento ao que indicam os professores(as) Alex Galeno, Ana Tázia e Patrícia Rilane: “O paradigma comunicacional bolsonarista da desinformação e propagação do ódio remete, civilizatoriamente, à noção de massa de acossamento de Elias Canetti (1995). Esse tipo de massa tem comportamento violento, treinada para matar, ela tem como meta principal a eliminação ou o linchamento do adversário”.<sup>18</sup>

Por fim, se analisarmos o slogan da campanha pela reeleição de Bolsonaro: “Deus, Pátria e Família!”, vemos claramente a representação de um monoteísmo político. O Deus de que se trata é o Deus do movimento deuteronomista, excludente e exclusivista. “Pátria” é somente mais uma cerca

---

<sup>18</sup> Acrescentam ainda: “Podemos afirmar que o governo Bolsonaro combina um regime anocrático [Os especialistas chamam países que estão nessa zona intermediária de “anocracias” — não são autocracias absolutas nem democracias plenas, mas alguma coisa no meio] com uma oclocracia midiática digital. O chefe de Estado prioriza a comunicação direta com a sociedade por meio de plataformas digitais, ao invés da comunicação vertical dos jornais, televisão e rádio. De maneira que, o enxame oclocrático digital alimentado pelo contínuo do Homo delinques bolsonarista vai ao encontro de suas narrativas e ações. Seus seguidores são, assim, como gado eleitoral, fiéis defensores do seu governo e propagadores de desinformação e de ódio.” (GALENO; TÁZIA; RILANE, 2022)



que se ergue contra outros povos e culturas, um nacionalismo aludindo a uma memória militarizada e violenta que acolhe como símbolo a bandeira e como imagem mimética o porte de armas. E a expressão “família” alude ao conservadorismo homofóbico e sexista que anula toda possível discussão sobre gênero. Ou seja, assim como no lema da primeira campanha, este último é uma mensagem ainda mais autoritária acerca da monoideologia e da distinção mosaica existente na política brasileira. Ao falar sobre o discurso de ódio presente nas diferentes expressões de fascismo, Teixeira da Silva relembra que há um constructo comum entre elas, que possibilita a formação de uma identidade de ódio que se fecha contra a pluralidade, em geral, os extremismos de ultra-direita, nacional-populistas, utilizam uma “linguagem totalitária” que se articulam a partir de um conjunto de lugares e sintagmas comuns:

Toda a complexidade do cotidiano, e suas diversas camadas, eram, para o fascista, reduzidas a um punhado de sintagmas que remetiam a um mesmo campo marcado por motivos disfórico e distópicos, montados sobre medos persecutórios e ansiedades profundas, sempre apontando para culpados palpáveis e claramente identificáveis como inimigos, ora da pátria, da raça ou do povo – todos definidos de forma excludente, mítica ou acientífica. [...] o medo à emancipação feminina; o horror ao amor LGBT+; as construções alucinantes como a mamadeira peniana; as ideias conspirativas como o complô do marxismo cultural, do globalismo e do ecologismo conspirativo, etc... todos voltados pretensamente para a destruição do “reino do homem comum”, o hétero branco conservador e a decisão da defesa violenta de uma utopia regressiva. (TEIXEIRA DA SILVA, 2019, p. 47, 63).

Os fascismos, assim como parece acontecer nos monoteísmos políticos, se constrói como linguagem totalitária. Acrescenta ainda Teixeira da Silva (2019, p. 48) “Nesse sentido, a linguagem fascista, longe de ser uma “cortina de fumaça”, exerce um importante papel de normatização do anormal, do brutal, para tornar possível o mundo fascista”.

Há um ponto de inflexão entre monoteísmos políticos e fascismos, quando a distinção mosaica se consolida como linguagem totalitária<sup>19</sup> e dá sustentação a um movimento antidemocrático e violento, ao ponto de não reconhecer o resultado das eleições e estimular movimentos terroristas em todo país.

---

<sup>19</sup> Análises desse tipo de linguagem podem ser vista ser visto no artigo de Py (2021) ou no livro de Rocha (2021).

Em “Como as democracias morrem”, Levitsky e Ziblatt (2018, p. 11) afirmam:

As duas regras informais decisivas para o funcionamento de uma democracia seriam a tolerância mútua e a reserva institucional. Tolerância mútua é reconhecer que os rivais, caso joguem pelas regras institucionais, têm o mesmo direito de existir, competir pelo poder e governar. A reserva institucional significa evitar as ações que, embora respeitem a letra da lei, violam claramente o seu espírito. Portanto, para além do texto da Constituição, uma democracia necessitaria de líderes que conheçam e respeitem as regras informais.

Findadas as eleições de 2022, em que Luiz Inácio Lula da Silva foi democraticamente eleito, muitas manifestações antidemocráticas foram percebidas. Primeiramente a não aceitação dos resultados do pleito por parte do então presidente Bolsonaro e por seus apoiadores, seguida de alguns atos violentos: ameaças de terrorismos para impedir a posse do novo presidente,<sup>20</sup> inúmeras ameaças de golpe se espalhando pelas redes sociais e mais recentemente a invasão e depredação do Planalto, do Congresso e do STF<sup>21</sup> com apoio maciço de evangélicos.<sup>22</sup> A tentativa de instauração de uma oclocracia plena parece ter sido contida por forças democráticas. Mas os ideais monoideológicos revelados nos últimos anos permanecem vivos em grande parte da população.

## Conclusão

Como indica Rousso (2016, p. 302), “já não se trata de captar um movimento linear, de compreender uma história em processo, mas de combater em duas frentes: a da história e a da memória, a de um presente que não se quer ver passar, a de um passado que volta para assombrar o

---

<sup>20</sup> Cf. EXPLOSIVO em Brasília: o que se sabe sobre o caso e a preocupação com a posse de Lula. **BBC**. 26 dez. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64094923>.

<sup>21</sup> Cf. TERRORISMO em Brasília: o dia em que bolsonaristas criminosos depredaram Planalto, Congresso e STF. **G1**. 08 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/o-dia-em-que-bolsonaristas-invadiram-o-congresso-o-planalto-e-o-stf-como-isso-aconteceu-e-quais-as-consequencias.ghtml>

<sup>22</sup> Cf. AGÊNCIA Pública. A face religiosa do terrorismo: pastores articularam caravanas e convocaram ataques em BSB. **Carta Capital**. 10 jan. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/a-face-religiosa-do-terrorismo-pastores-articularam-caravanas-e-convocaram-ataques-em-bsb/>

presente, sendo a distinção entre as duas por vezes inalcançável”. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho foi demonstrar para os atores e atrizes do tempo presente que a ameaça bolsonarista — repetindo a tônica violenta explicada pela distinção mosaica—, que a democracia se constrói no reconhecimento do direito à diferença e a pluralidade.

Se retomarmos Políbios, veremos que o monoteísmo fundamentou a construção de formas degeneradas de governo: autocracia, tirania e oclocracia. Vimos que desde a primeira construção de um monoteísmo político no Antigo Israel, nos tempos do rei Josias, a reconstrução mnemônica de uma história violenta consolidou um governo autocrático teocrático que instrumentalizou o fenômeno religioso para fins político. Violência e religião alicerçaram também o imperialismo romano a partir da superposição monoteísta do poder monárquico e tirano. De modo semelhante, nos últimos anos, o monoteísmo foi utilizado como instrumento político para uma tentativa (?) de degeneração da democracia brasileira em oclocracia. Lembrando a citação de Assmann no início do artigo, parece claro que o monoteísmo político com suas afirmações monoideológicas terá sempre uma forte propensão para a violência e a anulação do outro.

## Referências

ALVES, R. **Religião e Repressão**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

ANGELI, S. The Threat of Ochlocracy and Democracy's Ace. **The International Scholar**, 2022. Disponível em: <<https://www.theintlscholar.com/periodical/commentary-threat-ochlocracy-and-democracy-ace>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

ASSMANN, J. **Egypt, Israel, and the Rise of Monotheism**. Madison: University of Wisconsin Press, 2008.

ASSMANN, J. **The Price of Monotheism**. Stanford: Stanford University Press, 2010.

CHANCELER compara Bolsonaro a Jesus ao chama-lo de 'pedra angular'. **Folha de São Paulo**. 3 mai. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/05/diplomaciaprecisa-ter-sangue-nas-veias-diz-chanceler-ernesto-araujo.shtml>>. Acesso em: 18 out. 2021.

ECHANOVE, J. **Ecossistemas do deserto**: El origen histórico del monoteísmo. Quezon City: Central book supply. 2008

FINKELSTEIN, I.; SILBERMAN, N. A. **A Bíblia Não Tinha Razão**. São Paulo: Ed. A Girafa, 2003.

GALENO, A.; TÁZIA, A.; RILANE, P. O Homo delinques do Bolsonarismo: anocracia e contínuo mediático do ódio. **Saiba Mais**, 2022. Disponível em: < <https://saibamais.jor.br/2022/10/o-homo-delinques-do-bolsonarismo-anocracia-e-continuo-mediatico-do-odio/>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

GÁLVEZ, J. P. Democracy in Times of Ochlocracy. **Synthesis Philosophica**, n. 63, pp.167-178, 2017.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Trad. Flavio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HASANOVIC, J. **Ochlocracy in the Practices of Civil Society**: A Threat for Democracy? *Studia Juridica et Politica Jaurinensis*, p. 56-66, 2015.

HORSLEY, R. A. **Jesus e o império**: o reino de Deus e a nova desordem mundial. São Paulo: Paulus, 2004.

KESSLER, R. **História Social do Antigo Israel**. São Paulo: Paulinas, 2009.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as Democracias Morrem**. Rio de Janeiro: Zahar 2018.

MALINA. B. J. **El mundo del Nuevo Testamento Perspectivas desde la antropología cultural**. Navarra: Ed. Verbo Divino, 1995.

MOUFFE, C. Religião, democracia liberal e cidadania. (In) BURITY, J. A.; MACHADO, M. das D. C. (orgs.). **Os votos de Deus**: Evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006. p. 15-27.

NAKANOSE, S. Para entender el libro del Deuteronomio ¿Una ley a favor de la vida?. **Revista de Interpretación Bíblica Latino-Americana**, Vol./No. 23, p. 168-184, 1996.

PASSOS, J. D. Uma teocracia pentecostal? Considerações a partir da conjuntura política atual. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 18, n. 57, p. 1109, 31 dez. 2020.

PETERSON, E. **El monoteísmo como problema político**. Trad. esp. da edição Kösel-Verlag, 1951, por A. Andreu. Madrid: Editorial Trotta, 1999.

POLÍBIOS. **História**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

PY, F. Padre Paulo Ricardo: trajetória política digital recente do agente ultracatólico do cristofascismo brasileiro. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 34, e0202, set./dez. 2021.

REIMER, H. **Inefável e sem forma**: estudos sobre o monoteísmo hebraico. São Leopoldo: Oikos; Goiânia: UCG, 2009.

RIBEIRO, R. J. **A democracia**. São Paulo: Publifolha, 2001.

ROCHA, J. C. de C. **Guerra Cultural e Retórica do Ódio**: Crônicas De Um Brasil Pós-Político). Goiânia: Editora Caminhos, 2021.

ROUSSEAU, J-J. **O Contrato Social**. Lisboa: Editorial Presença, 2010.

ROUSSO, H. **A última catástrofe**: a história, o presente e o contemporâneo. Trad. Fernando Coelho, Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SATHLER, A.; BRAGA, R. de J.; LAGO, R. A oclocracia brasileira. **Congresso em foco**, 2021. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/a-oclocracia-brasileira/>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SILVA, G. V. da; MARVILA, M. **De Laudibus Constantini**: o discurso de Eusébio de Cesareia sobre a realeza. Espírito Santo: Dimensões, 2006.

TEIXEIRA DA SILVA, F. C. O Discurso de Ódio: análise comparada das linguagens dos extremismos. **Revista nustrAmérica**, 7 (13): p. 45-64, 2019.

WELLINGTON, B. A oclocracia brasileira e a democracia funcional por um fio. **Disparada**, 2019. Disponível em: <<https://disparada.com.br/oclocracia/>>. Acesso em: 20 de julho de 2022.